



Artigo original

## Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero na universidade

## Challenges in assisting women victims of gender violence at the university

## Retos en la atención a mujeres víctimas de violencia de género en la universidad

Natália de Lima Carvalho<sup>1</sup>   
Sabrina Mazo D'Afonseca<sup>2</sup> 

Julia Vasconcellos dos Santos<sup>3</sup>   
André Alves Santiago<sup>4</sup>   
Maria Beatriz Reis Dionísio<sup>5</sup> 

<sup>1</sup>Autora para correspondência. Universidade Federal de São Carlos (São Paulo). São Paulo, Brasil. natalialimac2011@gmail.com

<sup>2-5</sup>Universidade Federal de São Carlos (São Paulo). São Paulo, Brasil.

**RESUMO | INTRODUÇÃO:** A violência de gênero é um problema de saúde pública que atinge majoritariamente as mulheres, prejudicando sua saúde mental e física. Esse tipo de violência encontra espaço também no campo universitário, fazendo com que as mulheres envolvidas tenham seu desempenho acadêmico e profissional afetado. Para combater esse fenômeno, é necessária atuação conjunta que envolva diversos setores e a qualificação de profissionais que mobilizem novos saberes voltados para a emancipação da mulher. **OBJETIVO:** O presente estudo buscou investigar a atuação de técnicos administrativos de uma universidade federal junto a vítimas de violência de gênero, identificando os desafios e dificuldades vivenciados por esses profissionais. **MÉTODO:** Foram entrevistados 8 técnicos(as) administrativos(as) utilizando um roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora. Os dados foram analisados qualitativamente a partir da análise temática. **RESULTADOS:** Os resultados indicaram conhecimento sobre a violência de gênero, ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção integral e conhecimento da rede de atendimento. Evidenciaram-se dificuldades relacionadas a questões estruturais, como a falta de políticas e medidas de enfrentamento e desarticulação das ações. **CONCLUSÃO:** A pesquisa realizada demonstrou a falta de estratégias de enfrentamento para lidar com questões de violência de gênero dentro do contexto universitário e contribui no sentido de proporcionar maior reflexão acerca do funcionamento do atendimento a tais vítimas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de gênero. Universidades. Enfrentamento.

**ABSTRACT | INTRODUCTION:** Gender violence is a public health problem that mostly affects women, harming their mental and physical health. This type of violence also finds space in the university field, causing the women involved to have their academic and professional performance affected. To combat this phenomenon, it is necessary to act together, involving different sectors and the qualification of professionals who mobilize new knowledge aimed at the emancipation of women. **OBJECTIVE:** The present study sought to investigate the performance of administrative technicians from a federal university with victims of gender violence, identifying the challenges and difficulties experienced by these professionals. **METHOD:** Eight administrative technicians were interviewed using a semi-structured script prepared by the researcher. Data were analyzed qualitatively using thematic analysis. **RESULTS:** The results indicated knowledge about gender violence, efficient tools and techniques to promote a comprehensive care model and knowledge of the care network. Difficulties related to structural issues were evident, such as the lack of policies and measures to confront and disarticulate actions. **CONCLUSION:** The research demonstrated the lack of coping strategies to deal with issues of gender violence within the university context and contributes to providing greater reflection on the functioning of care for such victims.

**KEYWORDS:** Gender violence. Universities. Coping behavior.

Submetido 08/06/2023, Aceito 04/11/2023, Publicado 12/12/2023

Rev. Psicol. Divers. Saúde, Salvador, 2023;12:e5228

<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023.e5228>

ISSN: 2317-3394

Editoras responsáveis: Mônica Dalto, Marilda Castelar, Martha Castro

*Como citar este artigo:* Carvalho, N. L., D'Afonseca, S. M., Santos, J. V., Santiago, A. A., & Dionísio, M. B. R. (2023). Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero na universidade. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e5228. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023.e5228>



**RESUMEN | INTRODUCCIÓN:** La violencia de género es un problema de salud pública que afecta principalmente a las mujeres, perjudicando su salud mental y física. Este tipo de violencia también encuentra espacio en el ámbito universitario, provocando que las mujeres involucradas vean afectado su desempeño académico y profesional. Para combatir este fenómeno se necesita una acción conjunta, involucrando a diferentes sectores y la cualificación de profesionales que movilicen nuevos conocimientos encaminados a la emancipación de la mujer. **OBJETIVO:** Este estudio buscó investigar la actuación de técnicos administrativos de una universidad federal con víctimas de violencia de género, identificando los desafíos y dificultades experimentados por estos profesionales. **MÉTODO:** Ocho técnicos administrativos fueron entrevistados mediante guión semiestructurado elaborado por la investigadora. Los datos fueron analizados cualitativamente mediante análisis temático. **RESULTADOS:** Los resultados indicaron conocimiento sobre violencia de género, herramientas y técnicas eficientes para promover un modelo de atención integral y conocimiento de la red de atención. Se evidenciaron dificultades relacionadas con cuestiones estructurales, como la falta de políticas y medidas para enfrentar y desarticular acciones. **CONCLUSIÓN:** La investigación realizada demostró la falta de estrategias de enfrentamiento para abordar problemáticas de violencia de género en el contexto universitario y contribuye a brindar una mayor reflexión sobre el funcionamiento de la atención a estas víctimas.

**PALABRAS CLAVE:** Violencia de género. Universidad. Enfrentamiento.

## Introdução

Segundo a historiadora Joan [Scott](#) (1995), o termo “gênero” apareceu pela primeira vez entre as feministas americanas, com o objetivo de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Scott se refere a esse termo como uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Segundo ela, trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. O gênero seria um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder ([Scott](#), 1995).

A violência de gênero corresponde a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) baseada na organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual ([Sardenberg](#) & Tavares, 2016). Estimativas globais publicadas pela Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (n.d.) indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência durante a vida, o que indica que as vítimas de violência baseada no gênero são em sua maioria pessoas do gênero feminino.

A pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, publicada em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha, aponta que entre os anos de 2020 e 2021, 24,4% das mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de violência e 51,1% dos entrevistados reportou ter visto situações de violência contra mulheres nos últimos doze meses em seu bairro ou comunidade. Jovens de 16 a 24 anos (35,2%) e pretas (28,3%) eram as principais vítimas de violência ([Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Datafolha](#), 2021).

Embora essa seja uma realidade que afeta todas as mulheres, as instituições de ensino superior se mostram como ambiente propício para a reprodução de estereótipos de gênero, do machismo e da violência de gênero ([Basso](#), 2017). Segundo o Censo da Educação Superior 2021, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([INEP](#)) e pelo Ministério da Educação (MEC), o público feminino é maioria no Ensino Superior brasileiro (58,1% dos alunos matriculados). Entretanto, apesar de ocuparem maior parcela nesse espaço, persiste a deslegitimação de falas e produção acadêmica, assédio e diversas formas de violência em diferentes contextos acadêmicos ([Barroso](#), 2021).

Ao longo dos últimos anos tem-se dado destaque à violência de gênero que ocorre com as estudantes, professoras, técnicas administrativas e profissionais terceirizadas que desenvolvem atividades no ambiente universitário. [Almeida](#) e Zanello (2022) destacam que foi a partir dos anos 2000, com o aumento do ingresso das estudantes no ensino superior, que as violências perpetradas no ambiente universitário começaram a ganhar maior visibilidade enquanto um fenômeno social, da ordem institucional e estrutural das desigualdades de gênero. Tal ambiente, nas palavras das autoras, se destaca por ser desigual, inseguro, coercitivo e intimidador às mulheres em geral.

Ademais, como afirmam [Lima](#) e Ceia (2022), as violências contra mulheres nos espaços universitários tendem a ser minimizadas, consideradas como simples brincadeiras corriqueiras, de conteúdo ambíguo, as quais não buscam causar nenhum tipo de constrangimento, o que pode dificultar a identificação por parte das vítimas e de profissionais da violação ocorrida.

No Brasil, a escassez de dados sobre esse fenômeno é uma realidade ([Lima](#) & Ceia, 2022). A pesquisa mais expressiva foi realizada pelo Instituto Avon e Data Popular em 2015 com 1823 estudantes. Os dados obtidos apontaram que 67% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente universitário, enquanto 38% dos homens reconheceram ter cometido algum ato de violência contra uma mulher. Cumpre destacar que a maioria das estudantes que sofreram algum tipo de violência (63%) não reportou o caso.

Já um levantamento feito pelo Intercept Brasil ([Sayuri](#) & Sicuro, 2019) indicou que de 2008 a 2019 foram registradas 209 ocorrências institucionais envolvendo pelo menos 556 mulheres, entre estudantes, professoras e funcionárias, as quais foram vítimas de algum tipo de violência (assédio sexual, agressão física e/ou psicológica e estupro) em instituições de ensino superior. A maioria ocorreu dentro das instalações universitárias e arredores e foi praticada principalmente por alunos (60% dos casos) e professores (45%), os demais ou não foram identificados, ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas.

De acordo com [Montrone](#) et al. (2020), em uma pesquisa realizada com 2277 estudantes em uma universidade pública do interior de São Paulo situações de violência de gênero na universidade já foram presenciadas pela maioria dos(as) estudantes (74,4%) e 36,1% já sofreram algum tipo de violência de gênero. Dentre quem presenciou, 75,1% relatou violência psicológica como humilhar, insultar, ameaçar ou perseguir; 74,1% comentários sexistas sobre a capacidade intelectual das mulheres ou seu papel na sociedade ou comentários com conotações sexuais que desagradam ou humilham e 63,3% comentários desagradáveis sobre a forma de se vestir ou a forma de arrumar os cabelos. Já as vítimas de violência destacaram a psicológica (77%); moral (65%); sexual (31%) e física (12%).

Em relação às consequências da violência de gênero, estudos apontam a intensidade com que os episódios de violência afetam a vida das pessoas atingidas e a dificuldade de manter a saúde física, emocional e psicológica quando sofrem essa experiência. Além disso, prevalecem sintomas psicológicos, sintomas físicos e prejuízos na imagem corporal ([Navarro](#), 2021).

Um método que tem se mostrado útil na construção e implementação de programas de prevenção é o modelo bioecológico do desenvolvimento, conforme apresentado no relatório mundial sobre violência e saúde ([Dahlberg](#) & Krug, 2006). Esse modelo explora a relação entre fatores individuais e contextuais e considera a violência como o produto de vários níveis de influência sobre o comportamento: (1) Individual: inclui fatores biológicos e de histórico pessoal que um indivíduo traz para seu comportamento. Esse nível do modelo ecológico enfoca as características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ser vítima ou perpetrador de violência; (2) Relacional: explora como as relações sociais proximais - por exemplo, relações com pares, parceiros íntimos e membros da família - aumentam o risco de vitimização violenta e perpetração de violência. Esses são o círculo social mais próximo à pessoa e podem moldar seu comportamento e os tipos de experiências; (3) Comunitário: examina os contextos da comunidade nos quais as relações sociais estão inseridas - como escolas, locais de trabalho e bairros - e busca identificar as características desses ambientes que estão associadas a serem vítimas ou perpetradores de violência e (4) Social: investiga os fatores sociais mais amplos que influenciam as taxas de violência. Incluem-se aqui os fatores que criam um clima aceitável para a violência, aqueles que reduzem as inibições contra a violência e aqueles que criam e sustentam lacunas entre diferentes segmentos da sociedade - ou tensões entre diferentes grupos ou países.

Uma vez que a violência é um problema multifacetado com raízes biológicas, psicológicas, sociais e ambientais, há a necessidade de enfrentar esse fenômeno em níveis diferentes ao mesmo tempo. Logo, o modelo ecológico serve a um propósito duplo a este respeito: cada nível no modelo representa um grau de risco e pode ser pensado como um ponto-chave para intervenção ([Dahlberg](#) & Krug, 2006).

Segundo [Krug et al. \(2002\)](#), um programa de prevenção efetivo apresenta as seguintes características: serviços abrangentes; métodos variados de ensino; dosagem suficiente; fundamentação científica e teórica; promove relações fortes, estáveis e positivas entre crianças e adultos; possui um tempo adequado; é relevante socioculturalmente; realiza uma avaliação de resultados e tem um pessoal bem treinado, que tenham recebido treinamento, suporte e supervisão suficientes.

Assim, as estratégias de prevenção devem focar não apenas nos indivíduos, mas em uma perspectiva ampla que inclua a comunidade e as normas sociais e culturais que contribuem para a manutenção da violência ([Krug et al., 2002](#)).

Ademais, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, publicada em 2011 pela [Secretaria de Políticas para as Mulheres \(SPM\)](#), uma política na área de violência contra as mulheres exige uma atuação conjunta para o enfrentamento do problema, que envolva diversos setores, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros; no sentido de dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integridade do atendimento àquelas que vivenciam tal situação. Entretanto, estudos apontam um despreparo dos(as) profissionais para trabalhar com o tema da violência de gênero, além de uma dificuldade em operar por uma perspectiva intersetorial ([Silva et al., 2015](#)).

Em muitos serviços, a escuta é focada apenas na queixa, em protocolos rígidos, e o que escapa da rotina é tratado com descaso, juízo de valor e com a aceitação de que o problema é de natureza privada, gerando uma invisibilidade da violência. Assim, os(as) profissionais estão aptos apenas a intervir em problemas explícitos, objetivos, que não exijam a investigação da subjetividade dos sujeitos. Esse contexto também reflete a parcela de opressão de gênero destes profissionais para com as mulheres, a qual é perpetuada em um espaço público que deveria ser de acolhimento e cuidado ([Almeida et al., 2013](#)). Assim, é importante elaborar medidas eficientes de resolução e prevenção, com enfoque em formações que promovam identificação da violência, espaços seguros para a denúncia das vítimas, desenvolvimento de ambientes com tolerância zero a qualquer tipo de violência e permeado pela solidariedade às vítimas e sua rede de apoio ([Bellini, 2018](#)).

Diante desse contexto, o presente estudo buscou responder às seguintes perguntas de pesquisa: qual é a atuação dos(as) técnicos(as) administrativos(as) da universidade federal do estado de São Paulo com vítimas de violência de gênero? Quais os desafios e dificuldades vivenciados por esses profissionais? Espera-se que o estudo contribua para pensar em estratégias que promovam um ambiente acadêmico igualitário e, conseqüentemente, propício ao desenvolvimento acadêmico das mulheres. Ressalta-se a importância de priorizar a permanência estudantil e as questões de gênero, promovendo uma rede de apoio que contribua para uma formação adequada de todos(as) os(as) estudantes.

O presente estudo teve como objetivo geral investigar os desafios enfrentados por técnicos(as) administrativos(as) do setor de assuntos comunitários e estudantis no acolhimento/atendimento a estudantes vítimas de violência de gênero em ambiente universitário.

O presente estudo teve como objetivos específicos investigar as concepções dos(as) profissionais sobre a violência de gênero; verificar como se dá a atuação do(a) profissional junto a vítimas de violência de gênero, quando ele(a) atende essa população e analisar as dificuldades encontradas para o atendimento de estudantes vítimas de violência de gênero no ambiente universitário.

## Método

Participaram do estudo 8 técnicos(as) administrativos(as) de uma universidade federal do estado de São Paulo, que tinham desenvolvido atividades de atendimento a estudantes universitários(as) há pelo menos um ano em algum serviço voltado aos estudantes da instituição. Dos(as) 8 participantes, 5 eram do gênero feminino e 3 do masculino. A faixa etária variou entre 32 e 61 anos ( $M = 39,37$ ;  $DP = 9,95$ ), e metade dos(as) participantes se declarou pardo(a). A renda dos(as) participantes foi bastante variada, com prevalência na renda entre 6 e 10 salários mínimos ( $n = 4$ ), e a maioria dos(as) participantes ( $n = 5$ ) se encontrava casado(a) ou em uma união estável. Em relação à escolaridade, a predominância foi de profissionais com pós-graduação ( $n = 7$ ). A área de formação predominante foi psicologia ( $n = 3$ ), e a maior parte dos(as) participantes ( $n = 6$ )

atuava no Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DEACE). O DEACE tem como objetivo principal contribuir para a inclusão e a permanência dos estudantes, especialmente aqueles em situação de desvantagem econômica e social. Por meio de inúmeras ações busca contribuir no processo de uma vida com mais qualidade a(os) alunos(as) e servidores. O DEACE oferece à comunidade universitária atendimento nas áreas de: Clínica Médica Geral, Enfermagem, Psicologia e Serviço Social. 5 dos(as) participantes começaram a atuar na função entre 1 e 5 anos antes da pesquisa, 2 deles(as) atuavam de 6 a 10 anos e apenas 1 atuava há mais de 10 anos.

Foi utilizado o *Questionário de caracterização dos(as) participantes*, elaborado pela pesquisadora, no qual teve questões relativas à idade, gênero, identificação étnico-racial, nível de escolaridade, renda familiar e estado civil.

Também foi utilizado o *Roteiro de entrevista semi-estruturada* elaborado pela pesquisadora para atender aos objetivos da presente pesquisa. A entrevista foi dividida em quatro partes: Parte 1 - Atuação profissional - questões relativas às atividades profissionais desempenhadas (unidade de atuação, tipo de atuação e tempo na função); Parte 2 - Concepções sobre violência de gênero - questões a respeito de como os(as) profissionais entendem violência de gênero e o papel dos(as) mesmos(as) na prevenção e enfrentamento desse fenômeno; Parte 3 - Atendimento a vítimas de violência - questões relacionadas à atuação do(a) profissional junto a vítimas de violência; e Parte 4 - Dificuldades encontradas para o atendimento a vítimas de violência.

A presente pesquisa foi realizada em consonância com as diretrizes da Resolução nº 510/2016. O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 47500821.0.0000.5504). Todos(as) os(as) participantes concordaram com os termos apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a aprovação do projeto, o recrutamento dos(as) participantes foi realizado a partir de convites enviados aos serviços dos(as) estudantes nos diferentes campus da universidade e em redes sociais e canais de comunicação da universidade. Nesse convite foi descrito o objetivo da pesquisa, a forma

de participação e um *link* de acesso a um formulário *Google Forms*. Ao clicar no *link* de acesso ao formulário, o(a) participante tinha acesso ao TCLE. Após a leitura do mesmo, caso concordasse com os termos, ele(a) dava anuência selecionando a opção *Li, e estou de acordo em participar da pesquisa*. Se ele(a) não concordasse, bastava fechar a guia do formulário, sem que sua participação fosse registrada. Após o aceite, o(a) participante deveria responder ao questionário de caracterização descrito anteriormente. Ao término do questionário, havia uma pergunta sobre o interesse e disponibilidade para participar de uma entrevista síncrona, solicitando a indicação a melhor forma de contato e disponibilidade de horário. Posteriormente, a pesquisadora entrou em contato com os(as) participantes para agendar a entrevista. A entrevista foi conduzida via plataforma *Google Meet* e teve uma duração média de uma hora, atendendo aos horários solicitados pelos(as) participantes, ocorrendo entre setembro e novembro de 2021. A entrevista utilizou o roteiro descrito na seção instrumentos e foi gravada e posteriormente transcrita pela pesquisadora.

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente no SPSS versão 22.0 a partir de estatísticas descritivas (média, desvio padrão, valores mínimos e máximos e frequência). Já os dados qualitativos da entrevista foram analisados de forma independente pela pesquisadora e dois auxiliares ingênuos (estudantes de psicologia que não tinham nenhum conhecimento prévio sobre a pesquisa). Inicialmente a pesquisadora leu as transcrições da entrevista de maneira flutuante. Posteriormente lia as transcrições e buscava identificar um tema emergente no conteúdo e o classificava com um código. Esses foram agrupados em categorias de análise e foi elaborado um índice de categorias e códigos da pesquisa. Após a elaboração do índice, a pesquisadora selecionou uma entrevista transcrita e enviou para os dois auxiliares ingênuos, os quais deveriam ler e selecionar os trechos significativos de acordo com os códigos estabelecidos pela pesquisadora. Ao final dessa etapa, foi calculado o coeficiente Kappa de Cohen com respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) a partir do *software* SPSS versão 22,0. Consideraram-se valores maiores a 0,70, como adequados para passar à seguinte etapa. Em uma primeira rodada, o valor kappa obtido entre os avaliadores foi de 0,401, o que indicou a

necessidade de análise das discrepâncias e dúvidas quanto a codificação com os avaliadores. Após essa reunião entre os avaliadores para alinhamento dos critérios, os pesquisadores novamente analisaram a amostra de artigos e foi obtido um valor de kappa de 0,951, aceitável.

Garantida a confiabilidade entre observadores, passou-se para a etapa seguinte, que consistiu na codificação de todas as entrevistas realizadas e transcritas. As entrevistas foram divididas aleatoriamente entre os avaliadores para a codificação delas. Ao final do processo de codificação das entrevistas, foram elaboradas as categorias temáticas e a análise inferencial dos dados a partir do referencial teórico do estudo.

## Resultados

A partir da análise dos dados obtidos, observou-se que todos(as) os(as) técnicos(as) administrativos(as) que participaram do estudo atuavam em uma equipe multiprofissional, sendo que a maioria dos(as) participantes (n=6) afirmou que a equipe na qual estava inserido(a) era qualificada para atender vítimas de violência de gênero, enquanto 1 afirmou que a equipe não era qualificada e 1 considerou que apenas alguns membros eram qualificados.

Os(as) participantes descreveram que o trabalho em equipe acontecia através da divisão em setores, reuniões periódicas, discussões de casos, especificidades das áreas, grupos de *WhatsApp*, encaminhamentos e compartilhamento de informações. As equipes eram geralmente formadas por profissionais como assistentes sociais, psicólogos(as), assistentes administrativos, enfermeiros(as), terapeutas ocupacionais, técnico(a)s de enfermagem, médico(a) clínico geral, médico(a) ginecologista e médico(a) psiquiatra.

### Concepções sobre violência de gênero

Em relação à definição de violência de gênero, as descrições variaram entre os(as) participantes, sendo que “violência baseada no gênero” foi a mais citada (n=5). Alguns(as) participantes generalizaram como sendo um conjunto de violências, enquanto outros(as) deram respostas mais específicas, como “desvalorização do conhecimento de uma mulher” e

“suspensão/limitação de liberdade e direitos por conta do gênero”. Além disso, alguns(as) citaram os tipos de violência de gênero existentes, como violência psicológica, violência moral e violências subjetivas. Apenas dois técnicos(as) incluíram em sua definição a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero), apresentando uma perspectiva mais atenta às questões identitárias.

Quando questionados(as) sobre a importância de sua atuação em relação às vítimas, os(as) participantes ofereceram diferentes respostas. Eles(as) consideraram que a importância de sua atuação estava no acolhimento das vítimas (n=4). Alguns(as) citaram ações técnicas e específicas, como “reconhecimento da violência e interferência”, “produção de materiais e eventos”, “oferecer escuta sem julgamentos” e “entrar em contato com a rede”. Surgiram também respostas relacionadas a aspectos individuais, como “aprendizado”, “dar protagonismo ao gênero feminino” e “legitimar pautas de violência de gênero”. Nesse sentido, verifica-se ainda uma predominância da visão do cuidado e acolhimento às vítimas, mas um movimento em direção ao enfrentamento da violência de gênero buscando, por um lado, a prevenção da ocorrência do fenômeno a partir de campanhas universais de conscientização e mudanças estruturais, como o protagonismo e legitimação das pautas relativas à violência de gênero; e, por outro lado, o reconhecimento da complexidade do fenômeno e a importância da articulação da rede de atendimento e do preparo dos(as) profissionais para evitar a revitimização partindo de um escuta empática e sem julgamentos.

### Atendimento a vítimas de violência de gênero

No que se refere ao atendimento a vítimas de violência de gênero, apenas um(a) dos(as) participantes nunca atendeu nenhum caso. Essa exceção se deu pelo fato de o(a) técnico(a) em questão atuar na área administrativa do serviço e não ter contato direto com estudantes.

Os serviços conhecidos na rede mais citados, a quem poderiam ser feitos encaminhamentos, foram as ouvidorias da instituição, a Secretaria de Ações Afirmativas da universidade e a Delegacia de Defesa da Mulher.

Também foram referidas as prefeituras, advogados da universidade, Organizações Não Governamentais, Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, delegacias em geral, coletivos, Centro de Atenção à Mulher, Ambulatório de ginecologia, Serviço Único de Saúde – SUS e Serviço de Acolhimento Emergencial. Destaca-se que, embora o foco tenha sido nos serviços mais diretamente ligados à notificação e denúncia dos casos de violência, os(as) entrevistados(as) também se referiram a serviços voltados a lidar com as possíveis consequências da violência (por exemplo, serviços de saúde e assistência social), as questões legais e ao fortalecimento e empoderamento das vítimas (por exemplo, os coletivos).

Os tipos de violência mais atendidos foram violência sexual, violência por parceiro íntimo e violências subjetivas/não explícitas. Também foram citados violência psicológica, violência moral, violência patrimonial, violência intrafamiliar e experiências adversas na infância. Os excertos a seguir descrevem algumas situações de violência identificadas pelos(as) participantes.

*“Aqui normalmente a gente atende algum tipo de violência sexual, normalmente relacionado à festa. Então tem desde efetivamente ocorrer algum tipo de estupro, ou importunação mesmo, que é o cara que não deixa, que diz que tromba, mas apalpa a menina. Muita questão de amizade, um menino e uma menina que são amigos, vão pra uma festa e bebem demais, vão pra mesma república, acaba acontecendo alguma coisa e a menina não tinha condições de decidir por ela naquele momento. Algumas coisas de assédio meio que conjugais, não são casados, mas entre namorados, por conta de ciúme, violência, e até cárcere privado”*  
(Participante 2).

*“Agora me lembrou, alguns anos atrás a gente teve uma situação aqui de que uma aluna, ela já se formou, foi usar o banheiro e aí tinha um servidor, um vigilante terceirizado que colocou o celular embaixo da cabine. Foi noticiado, ela saiu rapidamente, apontou, a pessoa foi pega [...]. Foi muito complicado, porque ela não conseguia andar no campus sozinha, era uma aluna do noturno. Tinha uma professora, a gente teve ajuda dessa professora que de forma muito paciente acompanhava ela até a sessão e depois acompanhava ela para as aulas. O meu horário é das 10h às 19h, ela chegava às 18, no último horário, porque ela trabalhava também, e aí eu fazia esse atendimento.*

*Até ela ter segurança novamente de andar no campus, ela estava no último ano e pensou em abandonar o curso. Foi uma vitória ela ter conseguido encerrar, concluir o curso depois dessa situação que ela sofreu”*  
(Participante 3).

*“A gente tem uma coisa aqui no campus, já tem um histórico muito grande, principalmente por ser um campus de agrárias, um histórico de violências nas calouradas. Leilão de estudantes, principalmente meninas. A violência de gênero tá muito enraizada nesse campo porque tá estabelecida culturalmente. Quem sofreu essa violência, no ano seguinte passa a ser veterano e pratica essa violência com quem chega”*  
(Participante 7).

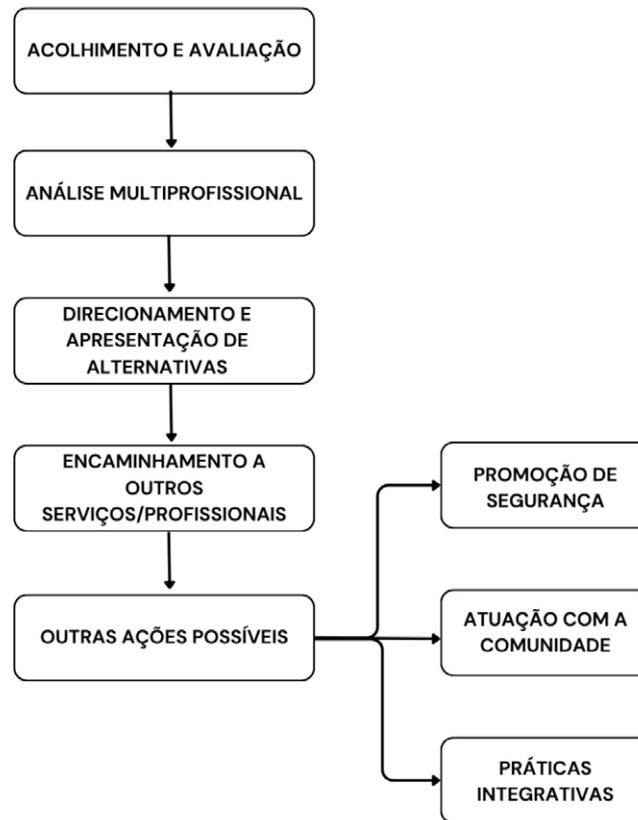
A partir dos relatos dos(as) participantes, nota-se que os casos que chegam aos serviços da instituição comumente eram situações mais facilmente identificadas como violência (por exemplo, violência sexual) e que envolviam outros(as) estudantes ou pessoas próximas à vítima. Ademais, o local de ocorrência nem sempre era os espaços do campus. Nesse sentido, em consonância com Almeida e Zanillo (2022):

*Ainda que algumas de tais violências ocorram fora dos muros da instituição acadêmica, ao envolverem pessoas que passam a ter posições e papéis sociais definidos a partir de suas inserções nela em festas, trotes, bares etc., acabam sendo referenciadas e, muitas vezes, motivadas por suas relações estabelecidas no interior da comunidade universitária. Logo, trata-se de um espaço não só físico, mas emocional e simbólico de relações de poder, que se estende para outros espaços de sociabilidade em que os e as envolvidos/as se encontram direta ou indiretamente, a exemplo de um estudante ofender uma colega nas redes sociais. (pp. XIX-XX)*

A Figura 1 apresenta o fluxograma relativo às respostas dos(as) participantes sobre o fluxo de atendimento, ou seja, o que eles(as) fazem quando atendiam uma vítima. Com base nas descrições dos(as) técnicos(as), observou-se que o procedimento era iniciado com o acolhimento e avaliação do caso, seguido pela análise multiprofissional da equipe. Então era feito o direcionamento da vítima e apresentação das alternativas possíveis para o seguimento do caso e, a depender da necessidade, o encaminhamento a outros serviços e profissionais. Além disso, os(as) técnicos(as) podiam pensar em outras medidas possíveis, como a promoção de segurança para a vítima, a atuação com a comunidade e o uso de práticas integrativas.

As principais estratégias de enfrentamento usadas pelos(as) participantes foram “parcerias com outros profissionais, instituições ou coletivos” e “apresentação de alternativas”. As estratégias se dividiram entre ações voltadas à vítima, como “diminuir a auto culpabilização”, “projetos de acolhimento” e “orientar e apresentar alternativas”; ações voltadas a(o) próprio(a) técnico(a) ou à equipe, como “identificar as fragilidades da equipe (medos, falta de conhecimento, preconceitos)”, “reconhecer a violência” e “pesquisa”; e ações voltadas à comunidade, como “campanhas de prevenção (rodas de conversa, oficinas, palestras, lives, cartilhas)” e “educação e conscientização”.

**Figura 1.** Fluxograma relativo ao processo de atuação junto a vítimas de violência de gênero descrito pelos(as) participantes



Fonte: as autoras (2023).

## Dificuldades no atendimento a vítimas de violência de gênero

As principais dificuldades citadas pelos(as) técnicos(as) administrativos(as) foram a ineficiência da rede (n=4) e a impunidade dos agressores (n=3). De maneira geral, as dificuldades se relacionam à universidade, como “falta de uma estrutura de combate efetiva”, “falta de profissionais” e “desqualificação do trabalho dos profissionais”; relacionadas à rede pública, como “violência dentro da rede”, “referenciamento/contrarreferenciamento” e “ideia da rede de que é dever da universidade a resolução dos casos”; e relacionados à própria vítima, como “não se sentir à vontade para relatar o caso”, “interrupção dos atendimentos” e “psicodinâmica das vítimas”. A seguir excertos ilustrativos das dificuldades dos(as) participantes.

*“Acho que a principal dificuldade é a falta de uma política específica dentro da universidade, que norteie esse acolhimento e esse atendimento. O trabalho que a gente consegue fazer aqui é porque nós servidores nos interessamos em oferecer esse trabalho, mas não é institucionalizado dentro da universidade. Se a gente tivesse uma política bem clara de ética da comunidade universitária e de responsabilização dos agressores, a gente teria isso talvez muito mais efetivo, o combate a essa violência. A maior dificuldade é a falta de uma política de promoção contra a violência de gênero, e também de responsabilização. Se isso acontecer dentro da universidade, é isso que pode acontecer com o agressor” (Participante 7).*

*“Essa é uma das coisas [...] a gente poder acessar os recursos do município, não só da assistência social, mas também da segurança. Eu atendi uma moça que chamou a polícia, e a polícia falou para o companheiro dela “tira todos os objetos cortantes da casa, leva para o seu quarto contigo, se tranca, porque ela vai se machucar pra dizer que foi você que machucou ela”. Então dá orientação pra ela chamar a polícia, o que adianta? Falei pra ir na DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), não deu certo também, não registraram. Falei “vamos fazer o B.O online”, e ela “não vou”. Você retraumatiza a pessoa” (Participante 8).*

Nota-se, portanto, que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais sinalizam a importância de a instituição fortalecer mecanismos e práticas institucionais de repressão e prevenção das violências, bem como de apoio às vítimas. Complementarmente, ações de aproximação, conscientização e discussão sobre os estigmas e preconceitos dos(as) profissionais da rede de atendimento externa à universidade contribuíram para minimizar a revitimização e para o atendimento das necessidades das estudantes.

Os(as) participantes afirmaram que os atendimentos seriam facilitados, principalmente, mediante preparação e qualificação (n=5), acompanhamento multiprofissional (n=3) e espaços de discussão (n=3). Da mesma forma, os fatores que auxiliariam nos atendimentos eram voltados à equipe/técnico, como “preparação e qualificação” e “reconhecimento da violência”; à comunidade, como “espaços de discussão”; à universidade, como “inclusão da discussão de gênero na estrutura dos cursos” e “maior número de profissionais”; e à rede, como “articulação com a rede municipal”.

Metade dos(as) participantes afirmou que não possui nenhum medo ou receio em atender vítimas de violência de gênero (n=4). Entre os(as) que afirmaram sentir alguma apreensão, os fatores mais citados foram “não estar preparado” e “falta de segurança”. A seguir excertos a respeito dos receios vivenciados pelos(as) participantes.

*“Eu tenho dois medos bem sinceros. O primeiro é de criar uma expectativa que não é cumprida, tenho bastante medo disso. Tenho bastante medo de fornecer uma estrutura de cuidado que não se estende o quanto a gente queria [...], meu outro medo é não ter essa estrutura de protagonismo muito grande, tenho muito medo de me equivocar me relacionando com alguma*

*mulher, sabe, de depois isso prejudicar o trabalho que tá sendo construído” (Participante 2).*

*“Eu tenho medo de não fazer direito, de não atender bem, piorar a situação. Onde eu me sinto mais insegura é na orientação jurídica. E como, se a pessoa está na situação de violência, orientar ela a como ela pode reagir no meio daquele contexto. Eu não sei. Eu não sei que tipo de ação pode provocar uma reação pior e agressiva. Às vezes eu não sei o que dizer” (Participante 8).*

Evidenciou-se a congruência entre as categorias temáticas presentes nos discursos dos(as) participantes. Apesar de apresentarem conhecimentos conceituais e técnicos sobre violência de gênero, os(as) profissionais relataram dificuldades estruturais no atendimento às vítimas, sinalizando a necessidade de transformação da cultura e da estrutura universitárias como uma alternativa mais eficaz para enfrentar o problema. Os(as) participantes ressaltam a importância do direcionamento e apresentação de alternativas à vítima e, ao mesmo tempo, citam como obstáculo a falta de uma política específica na universidade que oriente a atuação. Segundo os(as) participantes, a qualificação e contratação de profissionais auxiliariam no atendimento e enfrentamento do fenômeno.

A articulação com os serviços da rede municipal foi citada como um dos fatores essenciais da atuação e uma das principais adversidades no processo. Tal fato sinaliza a importância de ações extramuros, dando visibilidade para o fenômeno, conscientizando os(as) profissionais e minimizando estigmas e preconceitos relacionados às estudantes vítimas de violência.

## Discussão

Tendo em vista os objetivos de investigar as concepções dos(as) profissionais que atuam nas universidades sobre violência de gênero, verificar como ocorre sua atuação junto às vítimas de violência de gênero e analisar as dificuldades encontradas neste atendimento, os resultados explicitaram que, apesar do conhecimento sobre o conceito de violência de gênero, possibilidades de intervenção e serviços da rede, os(as) profissionais ainda enfrentam empecilhos majoritariamente estruturais, corroborando com a literatura sobre o tema (Maito et al., 2019).

Primeiramente, observou-se uma variedade de percepções pelos(as) participantes do que compreende a violência de gênero. Há entendimento de que as mulheres correspondam ao grupo mais vulnerável a esse tipo de violência, ainda que a comunidade LGBTQIA+ tenha sido citada por um(a) participante. [Sardenberg](#) e Tavares (2016) evidenciam que, apesar de atingir tanto homens quanto mulheres, a violência contra o gênero feminino tem se destacado histórica e numericamente, já que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades. Além disso, a violência de gênero é um fenômeno amplo e multifacetado ([Bugni](#), 2016), o que colabora para a multiplicidade de significados oferecidos pelos(as) participantes do estudo.

Para compreender o fenômeno no contexto universitário, [Maito](#) et al. (2019) falam sobre a universidade ser um ambiente que reproduz as desigualdades de poder entre homens e mulheres construídas socialmente e, com isso, torna-se um lugar hostil para as mulheres marcado, sobretudo, por violências cotidianas, além de outras formas de opressão não relacionadas apenas ao gênero que atingem estudantes, funcionárias e professoras. Em consonância com os estudos, os(as) participantes mencionaram que os tipos de violência que foram mais frequentemente atendidos pelo serviço da universidade foram a violência sexual ([Banyard](#) et al., 2020; [Bellini](#) & Mello, 2022; [Escritório USP Mulheres](#), 2018), Violência Por Parceiro Íntimo ([Gama](#) & Baldissera, 2022; [Souza](#) et al., 2018; [Tasqueto](#) et al., 2022) e violências subjetivas/não explícitas, incluindo violência psicológica e moral ([Escritório USP Mulheres](#), 2018; [Fialla](#) et al., 2022; [Maito](#) et al. 2022; [Montrone](#), 2020).

Embora a prevalência dessas violências seja expressiva ([Escritório USP Mulheres](#), 2018; [Instituto Avon](#), 2015; [Montrone](#) et al., 2020), há uma falta de documentos normativos ou políticas afirmativas nas universidades brasileiras para tratar o problema que parece impactar o dia a dia dos(as) profissionais técnico-administrativos(as) na lida com esses casos ([Maito](#) et al., 2019). Os relatos dos(as) participantes do presente estudo vão ao encontro desse fato ao destacarem a importância da instituição fortalecer mecanismos e práticas institucionais de repressão e prevenção das violências, bem como de apoio às vítimas. Muitas vezes, ao se preocuparem com a repercussão dos casos de violência para a reputação da

instituição e para a trajetória acadêmica e profissional dos acusados, pode-se observar falta de empenho e cuidado frente a denúncias e sua respectiva apuração. Somado a isso, a naturalização e a minimização de alguns atos de violência dificultam diretamente a responsabilização do agressor ([Lima](#) & Ceia, 2022).

Para [Martins](#) et al. (2022), a ausência de debates e ações sobre a violência de gênero nas universidades atravessa fatores sociais, pessoais e institucionais. Destaca-se dentre os fatores sociais o lugar de valorização que os homens ocupam como reflexo do patriarcado e as relações hierárquicas presentes no espaço acadêmico que reafirmam essa dinâmica social de subalternização das mulheres, assim como também muitas vezes invalidam as violações a que são submetidas. Não é de se estranhar que diminuir a auto culpabilização das vítimas apareça como uma das ações de estratégias de enfrentamento dos(as) profissionais entrevistados, visto que é uma das consequências dessa estrutura violenta ([Lourenço](#) & Costa, 2020; [Machado](#) et al., 2020; [Martins](#) et al., 2021).

Quanto às questões *pessoais*, há uma tendência em minimizar a violência, naturalizá-la ou considerá-la como algo sem importância. Tal fato pode ser atribuído às dificuldades em se identificar alguns comportamentos violentos menos explícitos e a como algumas práticas podem aparecer no contexto universitário de forma sutil que não transpareça uma discriminação de gênero, mesmo o sendo, como, por exemplo, ser ofendida ou xingada, ou receber comentários indesejados ([Bustamante](#), 2019; [Cerezetti](#) et al., 2019; [Instituto Avon](#), 2015; [Martins](#) et al., 2022). Não é de se estranhar, portanto, que os casos que chegaram aos serviços institucionais estivessem relacionados a violências mais facilmente identificadas e perpetradas por outros(as) estudantes ou pessoas próximas a elas. Para lidar com essa questão, os(as) participantes do estudo destacaram a importância de campanhas de prevenção para a comunidade acadêmica como um todo (docentes, discentes, técnicos(as) administrativos(as), pessoal da limpeza e da segurança) buscando trabalhar a educação sobre o fenômeno e sua conscientização, ação apontada por outros estudos ([Bellini](#) & Mello, 2022; [Bonomi](#), 2019; [Maito](#) et al., 2019). Contudo, considerando as dificuldades apontadas pelos(as) participantes na articulação com a rede de serviços do município, sugere-se que essas ações ultrapassem os muros das universidades e englobem os(as) profissionais de serviços voltados

ao atendimento à vítimas de violência, prevenindo a revitimização.

No que tange aos fatores *institucionais*, se destacam o silenciamento da universidade sobre os casos de violência assim como também a impunidade dos agressores por falta de medidas da própria instituição (Barreto, 2017; Stevens et al., 2017; Martins et al., 2022), algo também apontado pelos(as) profissionais como uma das principais dificuldades em atender vítimas de violência nesse contexto, reforçando a necessidade de mudança na cultura e estrutura da universidade.

Quanto aos cuidados com as mulheres que vivenciam situações de violência nesse espaço, é importante que sejam utilizados dispositivos relacionais para garantir a integralidade da atenção a essas mulheres, como acolhimento, vínculo, diálogo e orientação (Costa & Lopes, 2012). Esses mecanismos buscam o empoderamento e fortalecimento das vítimas, promovendo o enfrentamento das situações violentas. Nesse sentido, os(as) participantes do presente estudo citaram dispositivos relacionais entre as estratégias de enfrentamento e importância de sua atuação, como acolhimento, direcionamento da vítima, apresentação das alternativas possíveis para o seguimento do caso e encaminhamento a outros serviços e profissionais. Assim, entende-se que os(as) técnicos(as) administrativos(as) da universidade apresentaram ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção voltado à integralidade.

Observou-se que os(as) profissionais manifestaram conhecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, citando serviços não-especializados (por exemplo, ONGs, coletivos, SUS, CRAS etc.) e especializados (Delegacias, CREAS), e reconheceram a necessidade de trabalhar em ações articuladas com os mesmos. Entretanto, apresentaram empecilhos no contato e acesso a esses serviços, mencionando dificuldades ligadas à desarticulação e setorialização das ações. A ausência da articulação entre os setores da rede é um problema citado em estudos anteriores (Arboit et al., 2017; Lettiere & Nakano, 2015; Menezes et al., 2014; Silva et al., 2015; Trentin et al., 2020). Essa configuração fragiliza a busca por apoio das vítimas que, ao encontrarem assistências isoladas, tendem a interromper a procura e enfrentar a situação solitariamente. Nesse sentido, ressalta-se que, para uma atuação efetiva, é necessário um trabalho intersetorial, políticas públicas

transparentes e fortes, e uma habilitação apropriada dos profissionais (Silva et al., 2015).

Outro ponto indicado pelos(as) participantes em relação à rede corresponde a violência e revitimização praticada contra a vítima, quando esta decide buscar os serviços. Nesse sentido, a Lei nº 14.321/2022 caracteriza o crime de violência institucional, buscando evitar que o(a) profissional submeta a vítima a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver a situação de violência. Um estudo de Silva et al. (2019) revelou que a revitimização nas instituições corrobora para a resistência da mulher na busca por atendimento e para a desistência de dar seguimento à denúncia ou ao processo. Essa constatação vai de encontro com o relato dos(as) participantes em relação às vítimas, afirmando que algumas dificuldades correspondem ao desconforto em relatar o caso e à interrupção dos atendimentos. Assim, é de extrema importância a implementação de um acolhimento humanizado nos serviços públicos que garanta a segurança da mulher e busque a construção de vínculo e confiança.

Silva et al. (2015) destacam que, na perspectiva intersetorial, protocolos e fluxos definidos oferecem condições mais seguras de atuação profissional, pois, semelhante ao encontrado na presente pesquisa, o receio e insegurança podem sinalizar a necessidade de um maior conhecimento e alinhamento com a instituição dos mecanismos de enfrentamento à violência de gênero (Maito et al., 2022; Souza et al., 2021). Nesse caminho, a Superintendência de Assistência Social (SAS) da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Escritório USP Mulheres, construiu um protocolo de atendimento para casos de violência de gênero na universidade. O documento foi uma iniciativa inédita no contexto acadêmico que norteia aspectos importantes desse contato da vítima com o serviço da instituição. Sublinha-se que as principais etapas do documento são igualmente contempladas no fluxograma de atividades dos profissionais deste estudo, a exemplo do acolhimento, orientações e encaminhamentos. No entanto, o documento tem a intenção de capacitar os profissionais quanto à qualidade desse atendimento e repará-lo de forma mais detalhada. O receio dos técnicos-administrativos mencionado é algo comum em atendimentos dessa natureza e que podem ser minimizados a partir de capacitações adequadas que os façam se sentir seguros nesse atendimento (Santos et al., 2019).

Além da assistência às vítimas de violência de gênero, destaca-se também o papel da universidade na prevenção, combate, garantia de direitos das mulheres e educação para equidade de gênero. Considerando que a universidade é formadora de profissionais, urge a promoção de debates sobre a violência de gênero nesse contexto (Tassinari, 2020). A *United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women – UN Women* (2018) elegeu alguns passos importantes para isso, como, por exemplo, implementar uma política com posicionamento de tolerância zero à violência na instituição; estabelecer protocolos que descrevam os procedimentos necessários nos serviços à comunidade acadêmica; criar mecanismos de monitoramento e avaliação de suas políticas; ter protocolos e programas; ter um orçamento dedicado à realização de intervenções que abordem a temática; construir programas de conscientização e espectadores; treinar os estudantes a reconhecerem uma situação potencialmente prejudicial e agir diante dela; e, por último, promover relacionamentos respeitosos e desafiar masculinidades nocivas através de intervenções para desenvolver habilidades ou que possam gerar mudanças de atitudes e/ou crenças.

Nesse sentido, é de extrema relevância a Política Institucional para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência, aprovada em setembro de 2022 na universidade em que foi realizado o estudo. Essa política estabelece diretrizes para a promoção da prevenção primária da violência na instituição; realização de pesquisas sobre o tema; promoção de igualdade e equidade social e de gênero; e fortalecimento do cuidado e dos serviços de suporte às vítimas de violência. Assim, representa uma importante medida para o enfrentamento da violência de gênero. Cumpre destacar que essa política foi lançada após a coleta de dados com os(as) participantes da presente pesquisa. Assim, estudos futuros poderiam ser realizados de modo a identificar os impactos da política para a atuação dos(as) profissionais.

Destaca-se que a presente pesquisa apresentou algumas limitações. A primeira delas refere-se ao número de participantes. Mesmo tendo sido adotadas estratégias para recrutamento de participantes dos diferentes *campi* da universidade, a amostra final foi pequena e de profissionais que já atuaram em casos de violência. Assim, pesquisas futuras com um número maior de participantes de diferentes *campis* possibilitaria uma visão de singularidades das violências nos diferentes espaços, assim como as comunalidades. Ademais, durante a análise dos dados, identificou-se a necessidade de rever o roteiro de entrevista utilizado, de modo a acrescentar questões referentes a experiências anteriores do(a) participante com a temática “violência de gênero” e como isso auxiliou nos atendimentos, se ele(a) teve alguma formação na área e a relevância desse fator nos atendimentos.

### Considerações finais

Os dados do presente estudo indicaram que os(as) profissionais identificam a violência de gênero e apresentaram ferramentas e técnicas eficientes para promover um modelo de atenção integral e um conhecimento adequado da rede de atendimento e enfrentamento da violência. Contudo, ficou evidente a importância de mudanças culturais e estruturais da instituição para o combate e enfrentamento da violência de gênero e a responsabilização dos autores. Ademais, destaca-se a necessidade dessa pauta extrapolar os muros da instituição, buscando quebrar estereótipos que alimentam o estigma e preconceito quanto ao papel da mulher no ensino superior e contribuem para a revitimização das estudantes quando buscam serviços de atendimento na rede pública de saúde e assistência social. Espera-se que os dados aqui apresentados contribuam para fomentar iniciativas e respostas efetivas para o combate, enfrentamento e responsabilização da violência nas universidades brasileiras.

## Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

## Contribuições dos autores

Carvalho, N. L. e D’Affonseca, S. M. participaram da concepção da pergunta de pesquisa, delineamento metodológico, coleta e análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Santiago, A. A. e Santos, J. V. participaram da análise dos dados. Dionísio, M. B. R. participou da interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final e estão de acordo com sua publicação.

## Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

## Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



## Referências

- Almeida, L. R., Silva, A. T. M. C., & Machado, L. S. (2013). Jogos para capacitação de profissionais de saúde na atenção à violência de gênero. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 37(1), 110–119. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022013000100016>
- Almeida, T. M. C. & Zanello, V. (Orgs). (2022). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 359-382). <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>
- Arboit, J., Padoin, S. M. M., Vieira, L. B., Paula, C. C., Costa, M. C., & Cortes, L. F. (2017). Health care for women in situations of violence: discoordination of network professionals [Atenção à saúde de mulheres em situação de violência: desarticulação dos profissionais em rede]. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 51, e03207. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016113303207>
- Banyard, V. L., Demers, J. M., Cohn, E. S., Edwards, K. M., Moynihan, M. M., Walsh, W. A., & Ward, S. K. (2020). Academic Correlates of Unwanted Sexual Contact, Intercourse, Stalking, and Intimate Partner Violence: An Understudied but Important Consequence for College Students [Correlatos acadêmicos de contato sexual indesejado, relações sexuais, perseguição e violência por parceiro íntimo: uma consequência pouco estudada, mas importante para estudantes universitários.] *Journal of Interpersonal Violence*, 35(21–22), 4375–4392. <https://doi.org/10.1177/0886260517715022>
- Barreto, M. (2017). Violencia de género y denuncia pública en la universidad [Violência de gênero e denúncia pública na universidade]. *Revista Mexicana de Sociología*, 79(2), 262–286. [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-25032017000200262](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032017000200262)
- Barroso, M. F. (2021). *Violência contra as mulheres nas universidades* (pp. 9–16). Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Basso, A. T. P. (2017). *Violência de gênero na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense* [Monografia, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7863>
- Bellini, D. M. G. (2018). *Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9942>
- Bellini, D. M. G., & Mello, R. R. (2022). As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In T. M. C. Almeida & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 29–57). Ordem dos Advogados do Brasil. <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas>
- Bonomi, A. (2019). Rethinking Campus Sexual Assault: We must Be Leaders in Anti-Bias Practices, Civil Rights and Human Rights [Repensando a agressão sexual no campus: devemos ser líderes em práticas antipreconceituosas, direitos civis e direitos humanos]. *Journal of Family Violence*, 34, 185–188. <https://doi.org/10.1007/s10896-018-9994-z>

- Bugni, R. P. (2016). *Políticas públicas para as mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.100.2017.tde-29092016-192652>
- Bustamante, S. V. F. (2019). Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista [Diante das violências contra as estudantes universitárias: ação coletiva, estudantil e feminista]. *Nômaditas*, 51, 243–255. <https://dx.doi.org/10.30578/nomadas.n51a14>
- Cerezetti, S. C. N., Almeida, C. B., Barbosa, I. M. P., Guimarães L. G., Ramos, L. O., & Lessa, M. M. K. R. (Cord.). (2019). *Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?*. Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Universidade de São Paulo (USP). <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/988>
- Costa, M. C. & Lopes, M. J. M. (2012). Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(5), 1088-1095. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000500008>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Suppl.), 1163–1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Escritório USP Mulheres. (2018). *Relatório Parcial – Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa*. Universidade de São Paulo. <http://uspmulheres.usp.br/pesquisa-interacoes-na-usp/>
- Fialla, M. R. P. M., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., & Lourenço, R. G. (2022). As violências na percepção de jovens universitários. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35, eAPE039012734. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AQ012734>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Datafolha. (2021). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (3a. ed.). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Gama, F., & Baldissera, M. (2022). Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In T. M. C. Almeida & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 330–332). Ordem dos Advogados do Brasil. <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas>
- Instituto Avon. (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Instituto Avon. [https://www.onmulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx-2015-1.pdf](https://www.onmulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2022). *Censo da educação superior 2021: divulgação dos resultados*. Ministério da Educação, INEP. [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf)
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *World report on violence and health* [Relatório mundial sobre violência e saúde]. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/item/9241545615>
- Lei n. 14.321, de 31 de março de 2022. (2022). Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14321&ano=2022&ato=55eU-TVU1kMZpWT48e>
- Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2015). Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(4), 32977. <https://doi.org/10.5216/ree.v17i4.32977>
- Lima, M. M. C., & Ceia, E. M. (2022). Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. In T. M. C. Almeida & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 3–18). Ordem dos Advogados do Brasil. <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas>
- Lourenço, L. M., & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), e130109. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>

- Machado, A. S. M., Bhona, F. M. C., & Lourenço, L. M. (2020). Intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão bibliométrica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), e1463. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000100013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100013)
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., & Vieira, E. M. (2022). Percepções de gestores sobre violência baseada em gênero na universidade. *Research Society and Development*, 11(5), e1611527815. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.27815>
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C., & Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180653. <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>
- Martins, A. P. A., Bandeira, L. M., & Dias, F. M. (2022). Equidade de gênero da educação superior: retratos de violência contra estudantes no contexto de políticas institucionais. In T. M. C. Almeida & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da Violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americana* (pp. 359–382). Ordem dos Advogados do Brasil. <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas>
- Martins, G. B., Nobre, N. K. S., & Martins, M. G. T. (2021). A Violência Doméstica Contra Mulheres: Contribuição da Terapia Cognitivo-Comportamental na Intervenção. *ID on line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 15(54), 104–115. <https://doi.org/10.14295/online.v15i54.2951>
- Menezes, P. R. M., Lima, I. S., Correia, C. M., Souza, S. S., Erdmann, A. L., & Gomes, N. P. (2014). Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. *Saúde e Sociedade*, 23(3), 778–786. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300004>
- Montrone, A. V. G., Fabbro, M. R. C., Dias, T. C. M., Fusari, L. M., & Moreira, D. B. (2020). Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Revista Gênero*, 21(1), 6–23. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>
- Navarro, G. A. P. (2021). *Cartografia do corpo em estudantes universitárias vítimas de violência sexual* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar.
- Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde. (n.d.). *Violência contra as mulheres*. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Santos, D. S., Magalhães, J. M., Cêlho, M. C. V. S., Almeida, C. A. P. L., Viana, M. R. P., Carvalho, C. M. S., & Pereira, A. A. M. (2019). Violência doméstica contra a mulher: visão de enfermeiros pós-graduandos em obstetrícia no Piauí. *Journal Nursing and Health*, 9(3), e199310. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047302>
- Sardenberg, C. M. B., & Tavares, M. S. (2016). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523220167>
- Sayuri, J., & Sicuro, R. (2019, 10 de dezembro). *Abusos no campus: 556 mulheres foram vítimas de violência sexual em universidades desde 2008*. Intercept Brasil. <https://www.intercept.com.br/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99. <https://bit.ly/2COyEum>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011). *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres. [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres)
- Silva, E. B., Padoin, S. M. M., & Vianna, L. A. C. (2015). Mulher em situação de violência: limites da assistência. *Ciências & Saúde Coletiva*, 20(1), 249–258. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014201.21202013>
- Silva, J. G., Branco, J. G. O., Vieira, L. J. E. S., Brillhante, A. V. M., & Silva, R. M. (2019). Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?. *Saúde e Sociedade*, 28(2), 187–200. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>
- Souza, T. M. C., Pascoaleto, T. E., & Mendonça, N. D. (2018). Violência contra mulheres no namoro: práticas e percepções de jovens universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, 10, 31–43. <https://doi.org/10.20435/pssa.v10i3.695>
- Souza, V. M. P., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., Fialla, M. R. P. M., Durand, M. K., & Lourenço, R. G. (2021). Violência de gênero no espaço universitário. *Revista Cogitare Enfermagem*, 26, e67689. <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>

- Stevens, C., Oliveira, S., Zanella, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades* (pp. 384–412). Technopolitik. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35386>
- Tasqueto, T., Honnef, F., Arboit, J., Ferreira, T., Cardoso, C., & Mello, S. M. (2022). Violencia de gênero entre estudantes universitarias: evidencia sobre prevalencia y factores asociados. [Violência de gênero em mulheres estudantes universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados]. *Acta Colombiana de Psicología*, 25(1), 105–120. <https://www.doi.org/10.14718/ACP.2022.25.1.8>
- Tassinari, T. T. (2020). *Mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero e a rota crítica para o seu enfrentamento*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Institucional UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22229>
- Trentin, D., Vargas, M. A. O., Leal, S. M. C., Vargas, C. P., Ferreira, M. L., & Neves, F. B. (2020). Women in situations of sexual violence: potentialities and weaknesses of the intersectoral network [Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede interssetorial]. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), e20190856. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0856>
- UN Women. (2018). *Guidance note on campus violence prevention and response* [Nota de orientação sobre prevenção e resposta à violência no campus]. <https://www.unwomen.org/en/digitalibrary/publications/2019/02/guidance-note-on-campus-violence-preventionand-response>